

Apresentação

Aline Ribeiro de Oliveira (PPGAS/UFAM)
Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (PPGAS/UFAM)

Este dossiê nasceu da urgência de olhar para as prisões do norte e do nordeste do Brasil a partir de uma perspectiva interseccional (Collins; Bilges, 2021). Encarceramento não é apenas uma estatística ou uma política de segurança pública, é uma experiência atravessada por gênero, raça, classe, território e geração. As prisões amazônicas e nordestinas carregam especificidades históricas e sociais que pouco aparecem nos grandes debates nacionais. São regiões onde o Estado penal se mostra ainda mais violento e desigual, mas onde também se constroem formas de resistência, cuidado, solidariedade e reflexão.

O encarceramento em massa (Borges, 2019) é um fenômeno debatido por diversos setores da sociedade civil, evidenciando os efeitos da política punitivista e ações violentas por parte do Estado. Longe de representar um consenso, isso demonstra a complexidade do debate. Em estudos clássicos sobre a prisão, demonstra-se uma noção da prisão como um espaço de depósito de pessoas (Wacquant, 2001). No entanto, a experiência brasileira mostra que a prisão gera, ao contrário de um isolamento, um fluxo de pessoas dentro e fora incentivando à mobilização destas em torno das demandas recorrentes no cárcere (Godoi, 2017).

Mesmo que diversos estudos sobre o efeito de redução do crime na sociedade apontem para a obsolescência prisional (Davis, 2018), o Brasil segue um caminho de aprisionamento sendo, atualmente, o terceiro país com mais pessoas privadas de liberdade do mundo. A título de exemplo, em números absolutos, o número de mulheres encarceradas no período de 2000 a 2014 aumentou 567%, saltando de 5.601 para 37.380 (Infopen, 2014). estas, 68% eram mulheres negras. Já no levantamento mais recente do mesmo órgão, o país registrava 726.712 pessoas presas. O Brasil

ainda lida com estatísticas mais alarmantes em termos de relações raciais, como o caso do Acre que mantinha, à época da divulgação destes primeiros dados de 2014, um percentual de 100% de mulheres negras como detentas. Ao considerar a faixa etária de 18 a 29 anos e o pertencimento racial, mais de 60% das pessoas se declaram pardas ou pretas (Infopen, 2017).

Ao questionar esses dados a partir dos marcadores sociais da diferença, percebemos, portanto, que a prisão é racializada, generificada e marcada por uma faixa etária específica. Apesar de haver alguns consensos acadêmicos em torno do tema, como o racismo estrutural (Almeida, 2019) e o encarceramento em massa (Borges, 2019), pouco se compreende como o marcador de gênero é acionado dentro dessa dinâmica e na relação com os marcadores étnico-raciais. É necessário, por exemplo, reconhecer como a vida das mulheres que são familiares de pessoas privadas de liberdade é afetada pelo cárcere em seu cotidiano, e como elas enfrentam as diversas situações de constrangimento decorrentes da privação de liberdade ou da proximidade com um familiar nessas circunstâncias. Nesse sentido, Oliveira e Machado (2024) observam que há uma moralização e punição não só da população carcerária, mas também de seus familiares, amigos e vizinhos, mostrando que o público-alvo das prisões brasileiras vai muito além daqueles que estão cumprindo uma pena.

O conjunto de artigos reunidos nesta coletânea resulta do esforço de pesquisadoras, pesquisadores e militantes que, em diálogo com as comunidades afetadas, buscaram compreender as formas como o encarceramento em massa amplifica essa relação entre a prisão e a sociedade, marcando profundamente a vida das pessoas periféricas, em especial mulheres negras, pretas, pardas e indígenas.

Ao longo dos textos, transitamos entre diferentes olhares: da saúde à educação, da maternidade às violências de gênero à realidade do sistema socioeducativo. As autoras e autores escrevem a partir de diferentes áreas de conhecimento, trazendo uma contribuição plural em termos

teóricos e metodológicos. Provocando reflexões, o material apresentado tensiona os modos como a sociedade brasileira tem naturalizado a punição e a exclusão.

Temas recorrentemente vistos como “perigosos” ou de “preocupação do Estado” e de políticas públicas são frequentemente atravessados por uma visão masculinista que exclui o debate racial e de gênero em detrimento dos grandes temas. No fluxo desse pensamento, as temáticas são pensadas, recorrentemente, por um viés politicamente muito questionado: homens brancos, centralizados e/ou oriundos dos grandes centros, seja do Brasil ou do norte global.

Em vista disso, há que ressaltar também a importância de produzir conhecimentos sobre as situações locais e as lógicas que as organizam, pensando nas especificidades regionais, para além de uma perspectiva comparada com os grandes centros internacionais (MISSE et al., 2023) e também nacionais. Esse dossiê pretende remar na contramão dessas grandes ondas de pensamento, ainda que em uma rabeta feita para atravessar nossos banheiros, trazendo outros corpos, ideias e estratégias de intervenção com o olhar desde a “periferia”.

Não intencionalmente, antes de adentrar na apresentação deste dossiê, é oportuno afirmar que foi majoritariamente pensado, articulado e escrito por mulheres. A decisão de pensar a partir da Amazônia e do Nordeste como locus de reflexão acionou um recorte de gênero, demonstrando e enfrentando epistemologicamente um versão masculinista que tende, ao debater crime, prisão e encarceramento em massa, colocar questões raciais e de gênero como um plano de fundo, incômodo, mas ainda assim um pano de fundo.

Abrimos o dossiê com trabalhos que situam o cenário geral das violações de direitos no cárcere, com o artigo de Roselayne Castro, “Agudização das agruras no cárcere: quando o estado penal é mais forte que os direitos humanos”, que expõe como a lógica punitiva suplanta garantias mínimas, reforçando a seletividade e a violência estatal. Em seguida, “Batendo garrafa: O direito à saúde no sistema prisional cearense sob enfoque de gênero” de Nikaelly de Freitas e Celecina de

Maria Veras Sales, que trazem a dimensão do adoecimento e das desigualdades no acesso à saúde. O texto de Sthefane Monteiro e Roselayne Castro “Corpos marcados, direitos negados: mulheres e o HIV/AIDS no sistema prisional”, soma-se a esse bloco ao analisar como políticas de saúde precárias intensificam vulnerabilidades específicas.

No segundo bloco, reunimos artigos que tratam das especificidades de gênero, maternidade e infância. Em “Níveis de ansiedade e depressão em gestantes e lactantes privadas de liberdade”, as autoras Vitória Barbosa, Celina Maria Colino Magalhães e Milena Nascimento da Silva evidenciam o sofrimento psíquico e os impactos da prisão sobre a maternidade. Na sequência, Milena Nascimento da Silva, Luanna Tomaz de Souza e Celina Maria Colino de Magalhães apresentam “O poder do brincar: a brinquedoteca como instrumento de incentivo ao desenvolvimento diante do encarceramento feminino”, onde reflete sobre a infância nos espaços de privação de liberdade, ressaltando que mesmo em condições adversas o brincar se afirma como direito e resistência.

O terceiro bloco aborda a resistência e o protagonismo das mulheres encarceradas. A pesquisadora Ewilla Maria Paulain Pereira, em “Autodefesa é crime?: A face oculta do encarceramento de mulheres negras e indígenas vítimas de violência doméstica”, denuncia como o sistema penal criminaliza a defesa das próprias mulheres em situação de violência. A militante e pesquisadora Nathália Fonseca e o pesquisador Leandro Rodrigues Lage em “Entre grades e normas: o encarceramento de mulheres em conflito com a lei e com a performatividade de gênero”, discutem como a prisão impõe padrões normativos e disciplinadores sobre os corpos femininos.

No bloco seguinte, ampliamos o olhar para as dinâmicas coletivas dentro do cárcere com o artigo de Lucia Mendes Miguez, “Bater de frente, com diálogo: Projeto e tática na demanda por direitos pelo PCC, em Pedrinhas”, que analisa como organizações internas também constroem estratégias de negociação e enfrentamento diante do Estado.

Por fim, o dossiê se encerra com o texto de Thiago Krubniki e Karlene da Silva Andrade,

“Entre a continuidade e a mudança: análise do sistema socioeducativo do Ceará às vésperas da renovação profissional (2025-2026)”. A inclusão desse artigo no fechamento é estratégica: ele nos convida a refletir sobre o futuro de jovens em conflito com a lei e sobre como o socioeducativo, longe de ser um espaço de formação, tem reproduzido as mesmas lógicas de punição do sistema prisional.

Assim, a organização dos textos busca criar uma narrativa que vai das violações mais estruturais às experiências concretas de mulheres, crianças e jovens, atravessando também as resistências e disputas dentro e fora dos muros.

Este dossiê é, portanto, um convite à leitura atenta e engajada. É também um chamado à ação: que pesquisadores, militantes, gestores e a sociedade em geral possam reconhecer que discutir encarceramento na Amazônia e no Nordeste é discutir democracia, justiça social e direitos humanos. Que as vozes aqui reunidas reverberem além dos muros e inspirem transformações urgentes.

Que essa leitura una nossos pensamentos para mundos mais livres e com menos grades.
Axé!

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

INFOPEN – **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2014.

INFOPEN – **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

MISSE, Michel; GODOI, Rafael; MELLO, Kátia Sento Sé; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; MELLO NETO, David Maciel de. **Os sentidos do cárcere: apresentação do número especial**. Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Edição Especial, n. 5, e60521, 2023.

OLIVEIRA, Gabrielle Paula.; Machado, Giovanny. Simon. **Autocracia burguesa, racismo e encarceramento à luz do pensamento social brasileiro**. Revista Katál, Florianópolis, v. 27, e95242, 2024.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.